

3

A movimentação homossexual dos anos 50 e 60

Nos anos 50 do século passado era apresentado, na Universidade de São Paulo, o primeiro trabalho acadêmico brasileiro sobre o tema homossexualidade, por José Fábio Barbosa da Silva. Na mesma época, no Rio de Janeiro, as perseguições a homossexuais através de ação policial eram uma constante, contando, inclusive, com personalidades que obtinham destaque na mídia da época em função de tais serviços, tais como o famoso delegado Raimundo Padilha, que liderou ações de aprisionamento de homossexuais com o objetivo de fazer uma espécie de “limpeza” no centro da cidade e na Zona Sul.

Ampliavam-se os locais de paquera e os pontos de encontro, facilitados pelas praias e as características de uma cidade-balneário que, ao mesmo tempo, oferecia o cosmopolitismo de capital da república. O Rio era o centro cultural do país, abrigava as residências oficiais da diplomacia, os artistas, as principais rádios, tais como a Nacional e a Mayrink Veiga, jornalistas, escritores e intelectuais. Também no Rio, em janeiro de 1951, entrou no ar a primeira televisão da cidade, a lendária TV Tupi canal 6.

A homossexualidade não era passível de punição pelo Código Penal Brasileiro, mas a polícia manejava as suas operações com base nas leis contra a vadiagem, práticas de atos de atentado ao pudor ou perturbação da ordem pública, ofensa à moral e aos bons costumes, justificando o injustificável. A defesa militante da “moral” e dos “bons costumes” legitimava a repressão aos que transgrediam o padrão da heteronormatividade presente e viabilizava a extorsão de dinheiro e bens das diversas homossexualidades, em especial dos travestis.

Uma boa parte destes “delinquentes” era encaminhada a médicos e legistas que entendiam e descreviam a homossexualidade como uma anomalia relacionada a alterações congênitas físicas ou mentais. A ação policial aliada à ação correcional jurídica e médica, manejava o “diagnóstico” de “doença” e a formulação de tratamentos que tinham como objetivo a conversão do portador

da “anomalia” homossexual em alguém “normal”. Na verdade as iniciativas acabavam determinando a manutenção dos homossexuais nas cadeias.

Os homens se dividiam, de um lado, em homens verdadeiros, compatíveis com o modelo heterossexista de um ser potente, ativo, penetrador e, do outro, os afeminados, as bichas ou veados¹. Estes últimos eram alvos da ação policial, judicial ou médica, tidos como elementos com comportamentos desviantes que ameaçavam o paradigma heteronormativo de superioridade e normalidade atrelado à “bio-lógica” de dois sexos concedidos e estabelecidos por uma suposta ordem natural. Trata-se da tão referenciada similaridade com a espécie animal, a necessidade de reprodução das espécies e todas as coisas nessa linha de associação com o que seria a “natureza”.

Aqui fundem-se dois discursos, ambos reforçados pela dicotomia normal/anormal, ambos operacionalizando o manejo dos seus domínios, ambos muito bem articulados com as forças policiais: o científico (médicos, higienistas) e o religioso. O científico se apoia num simulacro de racionalidade, que impõe a necessidade de classificação e nomeação dos fenômenos e que foi responsável pela visibilidade obtida por parte da homossexualidade na virada do século XIX para o XX. Graças a ela se passou a contar com o registro das anomalias que compuseram o grande quadro da patologia homossexual e que, com isso, possibilitou a sua evidência e visibilidade.

No caso do discurso religioso, tudo deságua em dogmas que representam a determinação e a expressão de uma vontade divina, criadora da natureza, da tal “ordem ou lei natural” a ser aceita e incorporada pelos fiéis.

Como no sistema do gênero, as práticas específicas postas em evidência na hierarquia do sexo definem simultaneamente dois tipos de indivíduos. No caso dos vários desvios que interrompem a norma da heterossexualidade reprodutiva, eles, em última análise, definem o perverso, que por sua vez pode ser classificado mais especificamente: sodomita, prostituta, onanista, homossexual, sadomasoquista, travesti. Dentro desse sistema, essas figuras funcionam, tão nitidamente como o corno ou o viado, a puta ou o sapatão, como imagens negativas. Eles não só completam a hierarquia do sexo, articulando sua própria distribuição de poder e estabelecendo seus limites negativos, como também refirmam a norma reprodutiva. (Parker, 1992, p.151)

¹De uma forma geral, em contraposição aos homens socialmente masculinos, as três designações classificam os homens interessados em outros homens e se distanciam do modelo socialmente masculino e que desempenham o papel de “ativos” ao penetrarem mulheres no ato sexual.

Com relação à mulher, nessa época, (anos de 1950) ainda era compreendida majoritariamente como alguém que se dedicava ao lar, cuidava da casa, marido e filhos, a base do equilíbrio familiar. As mulheres que evidenciavam uma identidade mais sexualizada se distanciavam do modelo imposto, ou eram alijadas socialmente, caracterizadas como “as outras”, “mulheres do mundo”, “mulheres do samba” ou coisas do gênero (cabe ponderar a relativa indulgência concedida, em alguns casos, às artistas, mas as artistas não eram mulheres tidas como “normais”). As mulheres que trabalhavam, nesse ambiente de cultura heteronormativa e heterossexista patriarcal, desempenhavam funções subalternas ao homem-chefe-senhor-supremo. Seduzi-lo era o caminho mais conveniente para aspirar a uma felicidade administrada.



Fig. 4 : Anúncio do Cilion.

O homossexualismo feminino, em geral, no Brasil, era relegado à invisibilidade, uma coisa tida e mantida como algo muito excepcional, um fato bizarro, uma anomalia que, em boa parte dos casos, nem chegava a ser formulado ou assumido socialmente como tal.

Cabe lembrar que as mulheres, ao contrário dos homens, enquanto se mantivessem submissas, sempre puderam externalizar a sua afetividade com relação às outras mulheres, através de beijos, afagos ou alguma proximidade mais íntima. Isso não era necessariamente identificado como um traço homossexual, mas como parte de um sistema de comportamentos pertinente à conduta feminina. Esse traço cultural dissimulava possíveis variações de

gênero e se diluía na percepção de atos e fatos, muitas vezes homossexuais, percebidos como manifestações tipicamente femininas, “coisas de mulher”, ou seja, ajustadas ao padrão de normalidade do estereótipo de feminilidade instituído e aceito.

No ambiente dos anos 50, que pode ser considerado como de “movimentação” (Simões e Facchini, 2009, p. 63), começa a se processar uma mudança da sociabilidade homoerótica masculina, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Acontece uma série de fatos decorrentes de um mundo do pós-guerra, tais como o crescimento acelerado da produção e o consumo de massa, formação do parque industrial e da indústria automobilística brasileira, crescimento populacional e o fenômeno de migração para as grandes metrópoles. Com isso, se configura o cenário dos programas de auditório da Rádio Nacional e os fãs-clubes de Emilinha e Marlene, os concursos de Miss, as referências homossexuais na literatura, as revistas de homens musculosos, geralmente relacionadas à prática de fisiculturismo e a diversificação dos locais de paquera e “pegação”², pontos de encontro, bares e boates com predominância de público homossexual.

Eram muito comuns as festinhas em apartamentos, encontros, reuniões fechadas em que a identidade homossexual e não apenas a prática homossexual podia ser exercida. Era um novo ambiente de territorialidade para o convívio homossexual e para o exercício e legitimação dessa identidade. As reuniões e encontros eram frequentes, no caso masculino, como uma extensão ou uma preparação para o espaço público. O homem homossexual transitava nos dois espaços. No caso feminino, aconteciam os encontros nas residências particulares, que se transformavam em locais de convívio, encontro e festas, eram fundamentais para exercer, com maior tranquilidade, a identidade homossexual.

Em ambientes reservados desse tipo, restritos às classes altas, poderia circular o casal formado pela paisagista brasileira Lota Macedo Soares, que concebeu o parque do Aterro do Flamengo e a poeta norte-americana Elizabeth Bishop, que viveram juntas de 1951 a 1967. (Simões, Facchini, 2009, p. 69)

² Trata-se de duas dimensões diferentes, em que paquera inclui a noção de flerte e de aproximação que pode incluir o desdobraimento em sexo ou não. “Pegação” contém vetorialidade imediatamente sexual. É se aproximar de alguém com o objetivo de práticas sexuais.

Com o transbordamento das identidades assumidas nos ambientes fechados, dentro das casas, para as ruas, e a ocupação do espaço urbano através do aumento da presença dos homens homossexuais no espaço público, foram facilitados os encontros homoafetivos e homoeróticos. Mas a ameaça permanente da estigmatização e do preconceito promoveu o surgimento do que pode ser compreendido como “contra-casa” (Nunan, 2003, p. 46), na forma de alguns bares e casas noturnas direcionados aos homossexuais que operavam como uma espécie de acolhimento. As “contra-casas” eram uma alternativa ao espaço residencial, ocupado pela família tradicional. Nelas os frequentadores podiam agir e interagir livremente.

Não existiam bares ou restaurantes voltados exclusivamente para homossexuais, mas representavam possibilidades de se transformarem em espaços de socialização. Gradativamente foram ocupados por eles, “não obstante a atitude hostil de muitos proprietários que impunham normas rígidas aos clientes mais afeminados, com medo de afastar famílias e consumidores heterossexuais”. (Nunan, 2003, p.45)

O ambiente externo e noturno espantava as mulheres que, aos poucos, integravam-se ao mercado de trabalho, mas ainda viviam sob o peso da virgindade como credencial para o casamento, submissão ao marido e a responsabilidade pela casa e pelos cuidados com os filhos. Alguns bares em Copacabana, no Rio de Janeiro, onde se reuniam boêmios, intelectuais e artistas, passaram a contar com a presença feminina já no final dos anos 50, inclusive, mas ainda de forma escassa, a presença feminina homossexual.

Em São Paulo, nos anos 60, o restaurante Ferro’s Bar, próximo à praça Roosevelt, que fica no sentido do bairro do Bexiga, passou a ser frequentado por “mulheres masculinizadas”, tudo praticado com muita discrição, em que, segundo a historiadora Nadia Nogueira, que capturou a informação numa entrevista, “havia um sinal distintivo que era o uso do sapato mocassim, cuja referência servia como identificação” (Simões, Júlio; Facchini, Regina, 2009, p. 68). Uma determinada mulher olhava a outra e, se ambas calçavam mocassins, estavam mutuamente credenciadas como homossexuais.

As redes de socialização aconteciam na rua, nos bares, teatros, cinemas, em festas caseiras, no convívio com “as turmas”, nas quais os homossexuais podiam olhar outros homossexuais ostentando a sua identidade homossexual.

Era estabelecido um patamar de convívio, criação e manejo de referências comuns, enfim, tirava-se o peso do estigma, de se ver carregando uma “anomalia a ser curada” ou um “pecado a ser expiado”. As redes acabavam funcionando como uma espécie de família alternativa. Uma dessas redes, que ainda existe, criada no final dos anos 50, foi a Turma OK, que se reunia todas as semanas para ouvir música e conversar.

À sombra das pressões advindas da classe médica, dos psiquiatras, da Igreja, dos esforços para classificar, medicalizar, punir e penitenciar os homossexuais, vai se formando uma subcultura que reage ao sufocamento e à invisibilidade imposta. Tudo acontecia ainda em âmbito limitado devido às circunstâncias, dando início à criação de uma identidade homossexual positiva, a aceitação coletiva e individual da variedade de gêneros, dos “amores que não se deixam dizer” (Costa, 1992, p. 41).

Os anos 60: “Olha a cabeleira do Zezé!”

“Olha a cabeleira do Zezé!
 Será que ele é?
 Será que ele é?
 Olha a cabeleira do Zezé!
 Será que ele é?
 Será que ele é?
 Será que ele é bossa nova?
 Será que ele é Maomé?
 Parece que é transviado,
 Mas isso eu não sei se ele é.
 Corta o cabelo dele!
 Corta o cabelo dele!
 Corta o cabelo dele!
 Corta o cabelo dele!”³

Através da letra da marchinha *Cabeleira do Zezé*, lançada no carnaval de 1964, temos acesso a uma boa caracterização do que foi a década de 60, com relação à alteridade e à homossexualidade. Ela deixa transparecer o contexto

³ *Cabeleira do Zezé*, marchinha de carnaval composta em 1963 por João Roberto Kelly e Roberto Faissal para o carnaval de 1964.

cultural, as questões que efetivamente estavam em pauta, como se pensava e se reagia diante da diferença, da alteridade. A dinâmica do poder heteronormativo, sutilmente imiscuída e estabelecida em fatos do cotidiano, nas coisas mais corriqueiras do dia a dia, no convívio das vizinhanças, na linguagem, na cultura, na educação, estava presente na construção dos versos da marchinha carnavalesca.

Resgatando o momento da composição, estamos quase no meio da década de 60, em plena eclosão das bandas de *rock and roll* e, em especial, as britânicas *The Beatles* e *The Rolling Stones*, da efervescência contracultural que trazia, como um dos elementos transgressores de sua caracterização, os cabelos grandes, “cabelos de mulher”, na visão da época, fato amplamente explorado pela mídia em geral. Cabelos grandes, associados ao comportamento de descontração e alegria, destoavam do padrão estabelecido e esperado para um homem, ainda que jovem, naquela época, no Brasil.

Acontecia um grande debate público com relação à novidade, simultaneamente à proliferação de clones da nova imagem cultivada pelos jovens, que copiavam o modelo dos rapazes de Liverpool. Em qualquer festa ou aglomeração da juventude da época, estavam presentes os “cabeludos”, fenômeno que ficou conhecido como a *beatlemania* e que até hoje embala os sonhos e fantasias retrô dos fãs-clubes da banda. A marchinha opera na posição antagônica e crítica à nova moda estabelecida, aproveita a oportunidade do “momento carnaval” e cai definitivamente no domínio público.

- “Olha a cabeleira do Zezé! Será que ele é? Será que ele é?”

Zezé seria alguém conhecido, com padrões de comportamento convencionais que, de uma hora para outra, aparece com uma cabeleira. Ao deixar os cabelos crescerem, fica diferente dos padrões convencionais. Na época de cortes seguindo o estilo militar “reco” (alusão aos recrutas), mais popular, ou “príncipe Danilo” (alusão à nobreza), mais elegante. Quem usava cabelos grandes era a mulher. Não estava previsto esse tipo de cabeleira para homens na cartilha da normalidade consensual. Diante do inusitado e do exótico, da confusão de gêneros instituída pela cabeleira que Zezé passou a usar, surgiu a necessidade de defini-lo: “afinal, o que é Zezé”?

O espanto flui para uma interrogação afirmativa feita repetidamente – “Será que ele é? Será que ele é?” – em que a qualificação não é explicitada mas induz à intuição, ao conhecimento de o que Zezé seria, no eixo da interlocução. Cabe lembrar que, na época, na tensão dual entre a hetero x homossexualidade, no contexto de um diálogo, quando se queria referir à homossexualidade de um homem, dizia-se com maior frequência do que hoje, que “fulano é”, não utilizando a qualificação explícita. Ao evitar dizer a palavra, produzia-se a amplificação de sua conotação ruim, dos aspectos negativos a ela associados, além de proteger o falante ao fazer sem certeza uma acusação difamante extremamente grave. Tal mecanismo é tradicionalmente utilizado na referência à malignidade das doenças, em especial ao câncer. A diferença que Zezé representava precisava ser classificada, indexada, não poderia permanecer incompreendida. O que é a diferença referenciada como ‘Zezé com cabeleira’?

- “Será que ele é bossa nova?”

A partir de agora, entrará em ação a racionalidade vigente e o esforço classificatório para que Zezé esteja em conformidade com o que se conhece e possa tornar-se, pelo menos, indexável. A primeira suposição: seria Zezé um “bossa nova”?

O Brasil vivia uma época de grandes transformações, com a inauguração de Brasília e a criação do parque industrial e automobilístico nacional. Conquistara o bicampeonato mundial de futebol, além de eclodirem diversos acontecimentos culturais. No plano musical, a bossa-nova, movimento que ficou ligado ao crescimento urbano brasileiro e à fase desenvolvimentista associada à presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1960), apelidado como “presidente bossa-nova”.

Ser um ‘bossa nova’ representava estar em conformidade com os novos valores urbanos, com o surto de modernidade que tomava conta do país, viver em sintonia com o que acontecia nas metrópoles internacionais. Alguém que se contrapunha aos valores tradicionais da cultura nacional, de base agrária, rural, que migrava para as metrópoles em geral e em especial para o eixo Rio-São Paulo.

- “Será que ele é Maomé?”

A alusão ao bizarro é caracterizada através da referência ao líder religioso e político árabe, ideal de perfeição dos muçulmanos. Aqui se evidencia o preconceito com relação ao que não se assemelha aos padrões que ordenam o imaginário comum, ao que foge ao padrão ocidental cristão, branco, a algo que representa a forte presença da alteridade, da diferença que, nesse caso, é tão cultural e existencialmente marcante como incompreensível para a lógica ocidental cristã e que serve como referência ao exotismo. Na produção hollywoodiana da época, orientais e asiáticos costumavam ser apresentados de forma exótica, com hábitos e condutas bizarras, caricatas, caracterizados nos roteiros como bandidos, contraventores, agentes do mal. Ainda assim, se Zezé se transformara em profeta, a cabeleira estaria justificada, seria indexável.

- “Parece que é transviado, mas isso eu não sei se ele é”

A marchinha, passo a passo, como se percorresse uma escala conceitual, vai se aproximando da conotação desejada, aqui contida e dissimulada na palavra “transviado”. Teria Zezé se desviado da retidão de um caminho em conformidade com as normas? A palavra “transviado” era usada frequentemente na expressão “juventude transviada”, título brasileiro do famoso filme *Rebel Without a Cause* (Rebelde Sem Causa), protagonizado por James Dean, produzido em 1955, e que circulou pelas telas do mundo inteiro na virada dos anos 50/60.

Geralmente a palavra “transviado” era utilizada para jovens, na sua grande maioria, ricos e menores, que se desviavam para o caminho do crime ou do distanciamento dos costumes. Por extensão, passou também a ser utilizada para designar o comportamento de velhos que destoavam do padrão comportamental esperado para a idade. A palavra, na composição, é o ponto alto do inventário de suposições classificatórias para os motivos da cabeleira do Zezé.

O núcleo da palavra “transviado” - “viado” - conotava, de forma sutil, a suspeita de que Zezé teria se transformado em homossexual. É comum o coro dos foliões improvisando com relação à primeira pergunta – “Será que ele é” –

complementar de forma bem sonorizada, quase sempre com o grito jocoso: “viado”.

- **“Corta o cabelo dele! Corta o cabelo dele!”**⁴

O estranhamento com a cabeleira do Zezé, que levou ao desdobramento de tentativas para a classificação de sua conduta, vai se resolver na identificação do que seria condizente no confronto com o que é estranho, inidentificável, diferente do que a norma consensualmente estabelecida para o comportamento médio sugere. Em sintonia com o pensamento religioso e também com os médicos e higienistas, em conformidade com um discurso estruturado desde o final do século XIX, a solução sugerida já traz embutida uma ação repressiva. Nesse contexto, ocorre a resolução do conflito de convívio com a estranheza da aparência de Zezé, com a sua conotação homossexual, e o resgate, através da ação punitiva e regulatória, aos padrões de normalidade estabelecidos, de forma imperativa, violenta e irreduzível: *“Corta o cabelo dele! Corta o cabelo dele!”*.

A trajetória que vai da identificação do esquisito, do estranho, do inusitado, até a resolução do conflito, revela toda uma operação sutil de terrorismo cultural.

Uso esse termo forte, “terrorismo cultural”, para ressaltar que se trata de algo coletivamente imposto e experienciado; sobretudo, algo que vai além de atos isolados de violência. Em uma perspectiva sociológica, há uma lógica de imposição de normas por trás de uma forma de violência sempre à espreita, pois quando sabemos que ela pode acontecer, mas não quando nem onde ela virá, aprendemos a nos comportar de forma “segura”, ou seja, de uma forma que nos coloque ao abrigo de suas manifestações. O terrorismo cultural é um nome que busca ressaltar a maneira como opera socialmente o heterossexismo, fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória. (Miskolci, p. 33, 2012)

A análise marchinha carnavalesca facilita o entendimento de como o poder não é uma força exercida verticalmente, de cima para baixo. Para se

⁴ Como é demonstrado na pesquisa do historiador norte-americano e brasilianista James Green, a presença de homens travestidos de mulheres e de bailes *gays* no carnaval sempre alimentou uma falsa imagem exportada de convivência e tolerância com relação à homossexualidade e bissexualidade, mas esconde uma profunda intolerância e preconceito. (Green, 2000)

compreender o poder e pensar em esboçar qualquer movimento de resistência, tal como foi demonstrado por Foucault, é preciso considerar que ele perpassa todos os espaços relacionais no interior das sociedades. (Foucault, 1977)

Entendido, gay e homossexual

No Brasil dos anos 60, as iniciativas mais próximas de associativismo estavam relacionadas à questão da sociabilidade homossexual. Não tinham ainda qualquer caráter político, no sentido do estabelecimento de uma politização da identidade homossexual ou obtenção de visibilidade, o que já ocorria fortemente no plano externo, notadamente nos Estados Unidos e na Europa. O que se pretendia era reconhecimento e convívio, a criação de um espaço de trocas sociais.

Entre as primeiras formas de associação de homossexuais, destaca-se o jornal *O Snob* (1963-1969), primeira publicação abertamente homossexual divulgada no Brasil (Péret, p. 19, 2011), além da tentativa de organizar uma Associação Brasileira de Imprensa Gay - ABIG, em 1969 (Simões; Facchini, 2009, p. 71).

O jornal *O Snob* ostentava como slogan “um jornal para gente entendida”, apontando para a definição de uma nova categoria de identidade, em que os termos “entendido” e “gay”⁵, de uma forma geral, substituem a palavra “homossexual”⁶, de origem científica mas carregando conotação preconceituosa e negativa. As noções de “entendido” e de “gay” são o marco do autorreconhecimento de uma identidade que já se distancia das diferenças marcadas pela dualidade bofe-ativo-masculino e bicha-passiva-feminina. A

⁵ O termo “entendido”, criação brasileira dos anos 60, parece ser de origem teatral, uma referência à vanguarda teatral, conforme citação de um entrevistado de Néstor Perlongher, na pesquisa apresentada em *O Negócio do Michê em São Paulo* (Simões; Facchini, 2009, p. 71) enquanto o termo em inglês “gay” (alegre, divertido, jovial, vistoso, brilhante, vivo, prazenteiro, festeiro), de origem norte-americana, vem sendo disseminado em diversas línguas.

⁶ As palavras “homossexualismo/homossexualidade” surgem no ambiente médico e depois serão questionadas tanto no plano psicanalítico, através do psiquiatra/psicanalista e professor Jurandir Freire da Costa, que propõe a sua substituição por homoerotismo (Costa, 1992, p.11) quanto plano jurídico, por Maria Berenice Dias, advogada/juíza/desembargadora do Rio Grande do Sul que abraçou a causa *gay*. Ela propôs a sua substituição por homoafetividade, entendendo que a sexualidade seria uma das possíveis trocas, incluindo ou não a sexual, entre pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo.

diferenciação ativo/passivo, que correspondia à transposição dos padrões heteronormativos para a realidade homossexual, começava a ser relativizada.

O próprio nome da publicação - *O Snob* - indicava uma postura *blasée* com relação à sociedade heterossexual que o jornal provocava. Ao assumir expressões, códigos e modos de fala característicos de grupos e subculturas homossexuais, estabelecia uma diferenciação com relação aos meios de comunicação tradicionais. Esse traço acabou se constituindo como característica principal da imprensa homossexual dos anos 60, um padrão de linguagem seguido por diversas publicações menores no país inteiro.

O Snob pode ser considerado como um jornal de gênero, o primeiro do país. Criou estilo. Nos seus últimos anos (1968 e 1969) abriu-se para assuntos políticos, para o que acontecia no âmbito dos movimentos feminista e homossexual nos Estados Unidos e na Europa, assim como para as novas teorias de gênero que vinham sendo elaboradas. Tratou de temas tradicionais como fofoca, moda, cultura e coluna social. Motivou o surgimento de mais de trinta publicações entre 1964 e 1969 (Péret, 2011, p. 25 a 27).

Cenário nacional x Cenário internacional

O momento dos anos 60, para a homossexualidade brasileira, pode ser caracterizado, ainda, como de movimentação. Com a exceção de alguns grupos de intelectuais, de jovens e de universitários dos grandes centros urbanos, ainda se lidava com a adversidade evidenciada na marchinha *Cabeleira do Zezé*, sucesso no carnaval de fevereiro de 1964, imediatamente anterior ao golpe militar que, em primeiro de abril, vai instituir uma ditadura que perdurou por 21 anos no Brasil.

Ao contrário do que se passava no ambiente interno, no plano externo acontecem diversos fatos relacionados a novos padrões de comportamento e uma atitude contestatória diante do contexto político e ideológico da época, que resultaram em acontecimentos que acabaram mexendo fortemente com as instituições e até mesmo determinando a modificação do curso da história nas décadas seguintes.

Cabe levar em consideração os fatos que dizem respeito direto às modificações que podem ter inspirado um novo pensamento ativista brasileiro

com relação à homossexualidade e a determinar o início da formação de uma nova visão de mundo, para efeito de entendimento do contexto em que a questão homossexual ultrapassa o estágio de “movimentação” e chega a assumir a identidade de “movimento” no Brasil.

O final dos anos 60 é marcado pelo auge do movimento da contracultura, com o aparecimento da cultura *hippie* e a realização em 1969 no estado de Nova York do evento Woodstock, que reuniu mais de 500.000 pessoas e contou com a participação de diversos artistas ligados ao *rock'n roll*, *folk* e o *blues*. O festival ocupou espaço na imprensa em geral, na televisão, virou filme, esteve intensamente e até hoje ainda está presente no ambiente midiático e contou com as performances de artistas já falecidos, como Jimmy Hendrix, Janis Joplin e tantos outros ainda vivos, cuja referência se disseminou em CDs, DVDs, videoclipes e foi turbinada pela internet através de blogs, redes sociais, *youtube*, etc.

A contracultura e o movimento *hippie* foram um desdobramento da *Beat Generation* (Geração *Beat*) que, ainda em meados da década de 50, composta pelos *beatniks*, intelectuais jovens, geralmente artistas e escritores, questionavam o anticomunismo, o macarthismo, a falta de um pensamento crítico e o consumismo, enfim, o ideário do pós-guerra norte-americano.

Logo depois vem o movimento *hippie*, que incitava à adoção de uma vida em esquema de coletivismo comunitário ou até mesmo nômade, negava o nacionalismo, o patriotismo e a guerra do Vietnã. Praticava e incentivava o culto de religiões orientais como o hinduísmo ou budismo, negava os valores de ascensão social e trabalho formais. Negava os padrões usuais de higiene e da estética mais convencional, ou seja, questionava os valores tradicionais da classe média norte-americana.

O ambiente de movimentos das minorias, no final dos anos 60, gera também o movimento *Black Power* (Poder Negro), através do qual os negros assumem o orgulho de serem negros, de terem características, tais como cabelos e pele negra e valorizam as suas instituições e os seus políticos para a promoção dos seus interesses coletivos.

No mesmo diapasão eclode o *Women's Liberation* (Liberação das mulheres), expressão que começou a ser usada, nos Estados Unidos da América, em 1964 (Sarachild, 1978), e originou o movimento *Women's*

Liberation Front (Frente de Liberação das Mulheres), que passou a ser a legenda do movimento feminista como um todo (Hinckle, Hinckle, 1968). O feminismo politizou o processo de formação das subjetividades, questionando os atributos de gênero e a maneira pela qual somos educados, nos eixos homem/mulher, mães/pais, filhos/filhas, contestando a condição social das mulheres, até então vistas como esteio da realidade doméstica.

O antropólogo inglês Stuart Hall situa o feminismo como o quinto e último dos cinco descentramentos do ser humano da pós-modernidade, ou modernidade tardia. (Hall, 2004) O primeiro seria a redescoberta e reinterpretação do pensamento marxista, realizada em meados do século XX, destacando a visão do estruturalista marxista Louis Althusser. O segundo, a descoberta do inconsciente por Freud e a relativização da fixidez e estabilidade da identidade e da noção de sujeito, através do trabalho de Freud e da sua continuidade através do pensamento psicanalítico de Jacques Lacan. O terceiro, o trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure, que evidencia a ligação do homem com a língua, suas regras e seus sistemas de significado no interior de uma cultura. Com Saussure a língua passa a ser entendida como um sistema social e não um sistema individual. Preexiste a nós, que, ao falarmos, ativamos todo um leque de significados pertinentes à nossa própria língua e aos nossos sistemas culturais. O quarto descentramento diz respeito ao trabalho de Michel Foucault, filósofo e historiador francês, que por intermédio de uma série de estudos produziu uma espécie de genealogia do sujeito moderno, destacando um novo tipo de poder que ele chama de poder disciplinar, preocupado com a vigilância, regulação da espécie humana, do indivíduo e do seu próprio corpo, manejado pelas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX, que exercem o policiamento e a disciplina através dos quartéis, escolas, oficinas, prisões, hospitais, clínicas, etc, com o objetivo de produzir “um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil” (Dreyfus e Rabinow, 1982, p. 135).

O feminismo, quinto e último descentramento, questionou noções que eram tidas como verdades universais, tal como a dos papéis do homem e da mulher, a família, a sexualidade, o trabalho, inclusive e principalmente o trabalho doméstico. O feminismo deu ênfase a políticas e questões pessoais, colocou na vitrine a subjetividade e a identidade do indivíduo, adotou o lema

“o pessoal é político”, tão distante da visão marxista predominante nos movimentos políticos tradicionais, colocou questões que não eram ou eram pouco discutidas, como a maternidade e a sexualidade feminina, evidenciando o caráter social da formação das identidades sexuais.

Uma das questões mais importantes, surgida a partir do feminismo, foi a flexibilização da categoria gênero. Há uma problematização da construção e da renovação simbólico-cultural da feminilidade e da masculinidade, que vem a ser o início do descolamento da noção de gênero, não mais confundida com a de sexo.

Assim, a noção de “gênero” implica em quatro elementos que aparecem interrelacionados: os símbolos culturais, os conceitos normativos, uma noção de política e a identidade subjetiva. Estes elementos estão referidos por níveis reais e simbólicos que remetem à tradição codificada, às práticas cotidianas e às propostas de inovação cultural elaboradas pelos grupos sociais. Há uma pluralidade temporal e o desafio é não desvincular o tempo das práticas do tempo das mentalidade. (Silva, 1993, p. 39 e 40)

Outra referência diz respeito ao movimento estudantil e grevista talvez mais importante do século XX, que ficou conhecido como “Maio de 68”, que ocorreu em Paris. Começou com uma série de paralisações em escolas secundárias e faculdades, em confronto direto com a administração e a polícia.

O governo do general Charles De Gaulle tentou sufocar o movimento por meio de ações policiais. Quanto mais o fez, mais o movimento se fortaleceu e se generalizou. Estendeu-se às fábricas e chegou a obter a adesão de cerca de 10 milhões de trabalhadores, o correspondente a dois terços dos trabalhadores franceses. O governo estava a ponto de entrar em colapso, mas a Confederação Nacional do Trabalho e o Partido Comunista Francês, com orientação stalinista, enfraqueceram o movimento e, da mesma forma com que ganhou força e intensidade, ele se esvaziou e se desfez.

O “maio de 68”, de Paris, foi um movimento que repercutiu e se desdobrou em manifestações pelo mundo inteiro, inclusive no Brasil, com o movimento estudantil das greves e passeatas, da resistência e do enfrentamento às forças policiais de repressão que na ditadura brasileira chegavam ao ápice exatamente em 1968-69.

Finalmente, um episódio que acabou se transformando em acontecimento legendário para o movimento homossexual, conhecido como “o levante de

Stonewall”, ocorrido em 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, em Greenwich Village, bairro de Nova Iorque. No local, frequentado por gays, lésbicas e travestis, cerca de 400 pessoas reuniram-se para beber, depois do velório da cantora Judy Garland, ao qual boa parte desse grupo compareceu.

O bar, sempre alvo de batidas policiais para intimidação e extorsão dos frequentadores, nesse dia assistiu a uma cena inédita. Quando os policiais, como de costume, fizeram uma intervenção, um grupo de travestis reagiu com socos e pontapés. Houve adesão generalizada à reação, dezenas de pessoas se juntaram ao grupo que resistia à prisão, a polícia foi atacada com pedras, moedas⁷ e garrafas. Dos prédios os moradores também jogaram objetos na polícia e o confronto acabou perdurando por 4 dias. Nova Iorque teve diversas ruas pichadas com mensagens referindo ao evento, o *Gay Power* (Poder Gay, em alusão ao *Black Power*) e obteve a cobertura de praticamente toda a imprensa norte-americana e internacional.

O levante de Stonewall, embora realizado em grande parte por latinos, pobres e travestis que reagiram à ferocidade da polícia, acabou se constituindo em um marco na causa gay, tendo sido considerado como o início efetivo do movimento de defesa dos homossexuais nos Estados Unidos e no mundo. Em função desse fato, convencionou-se que o dia 28 de junho passaria a ser celebrado como o Dia do Orgulho Gay, Lésbico e Transexual.

Ainda como pano de fundo para tudo o que se desenrolava no cenário dos anos 60, se arrastava a guerra do Vietnã, em que uma geração de jovens norte-americanos e asiáticos era jogada ao sacrifício em função da racionalidade geo-político-econômica que estabelecia a valorização do poder bélico, ocidental, heteronormativo, suportada pela ideologia militarista que os Estados Unidos da América praticavam e disseminavam na mídia em geral.

A guerra do Vietnã acontecia *in loco* e virtualmente, através dos jornais, revistas, outdoors, da programação de rádio, cinema e, em especial, das TVs. Havia a produção intensiva de notícias que, em sua grande maioria, reforçavam e legitimavam os valores e os padrões dessa cultura no sentido de produzir um consenso quanto à supremacia norte-americana.

⁷ Em referência ao suborno a que os policiais, com as intervenções, induziam.

Promovia-se a necessidade da intervenção bélica para ‘proteger’ o mundo da ameaça comunista, um ideário que já vinha se estendendo desde o macarthismo do pós-segunda grande guerra, na década de 50, passa pelo episódio da revolução Cubana, pela crise dos mísseis e desagua na guerra do Vietnã. Nesse ambiente se deu o manejo do controle ideológico, jurídico-político e econômico dos países sul-americanos através do financiamento às ditaduras que se estabeleceram nessa época, em especial, no caso, a ditadura brasileira que começou em abril de 1964.

A transformação da movimentação em movimento homossexual brasileiro, revisitada a partir das tensões internas e externas, das conjunturas que serviram como cenário, ajuda a compreender a sua trajetória, possibilidades e as enormes e infundáveis dificuldades e limitações.

Para entender o movimento homossexual brasileiro, é necessário começar desfazendo a imposição de uma similitude forçada com a realidade desse movimento nos Estados Unidos. Havia uma diferença abissal entre o que acontecia no movimento gay norte-americano e no brasileiro. No levante de Stonewall e em tudo que o cercou, houve o enfrentamento, iniciado pelos travestis, e o questionamento das práticas estabelecidas através dos poderes que reprimiam a homossexualidade.

Um grupo de travestis enfrentara a polícia, estabelecendo uma quebra de padrões. Num país em que se vivia sob o regime constitucional, os homossexuais se posicionavam contra a ordem estabelecida, afirmavam a sua diferença, “questionavam os valores familiares, as variáveis de gênero e o próprio sistema homofóbico em que viviam” (Ribeiro, 2010, p. 54).

Tudo isso acontecia de forma simultânea ao movimento feminista, que também abalava a condição heteronormativa e heterossexista da sociedade, exigindo uma renegociação de papéis, tanto no plano profissional como nos planos afetivo, social e sexual. O feminismo mexeu fortemente com as bases do próprio conceito tradicional de família, o alicerce do sistema de valores norte-americano. Nas relações heterossexuais, o sexo passou a se desvincular da reprodução e as possibilidades em termos de relacionamento afetivo e sexual se ampliaram, relativizando os padrões convencionais de conjugalidade.

No caso dos homossexuais norte-americanos, o confronto com o sistema conservador e compulsoriamente heteronormativo ocorria tendo ao fundo o

fenômeno do gueto. Os homossexuais se estabeleceram em locais onde podiam assumir, com relativa tranquilidade, a sua identidade e o seu sistema de valores, organizando as suas vidas. Tratava-se de um território apartado da suposta normalidade mas defendido pela constituição. Assim surgiram bairros gays em diversas localidades, cidades e até regiões, como São Francisco, na Califórnia, para onde houve grande migração de um considerável contingente de homossexuais que viviam nos Estados Unidos e no mundo.

Ao contrário da realidade norte-americana, os primeiros anos que vão do início até a metade dos anos 70, no Brasil, correspondem ao período conhecido como os “Anos de Chumbo” de uma ditadura militar que ficou no poder por, pelo menos, 21 anos. Foi a época mais violenta da repressão, quando se intensificaram torturas, assassinatos, perseguições, um conjunto de ações de repressão e intimidação que se alastrou por todas as cidades brasileiras.

A resistência esboçada no final dos anos 60, principalmente através do movimento estudantil, das greves e passeatas, acabara se intensificando e resultando na luta armada que determinou a realização de sequestros, assaltos a bancos e ações para gerar recursos aos grupos de ativismo. As ações tinham como objetivo proporcionar visibilidade à resistência, fragilizar o regime ditatorial diante da opinião pública e da imprensa internacional e obter a libertação de prisioneiros políticos.

A ideia que se tinha de movimento, nesse momento brasileiro, assumia necessariamente um viés fortemente político, identificado com essa resistência e com a orientação marxista dos movimentos. Para os movimentos socialistas, a luta política estabelecia um inimigo bem nítido: uma ditadura militar financiada pelos interesses hegemônicos e expansionistas do sistema capitalista norte-americano, mantida no poder para sufocar e exterminar qualquer manifestação contrária.

No cenário em que os movimentos de contestação à ditadura militar e de oposição aos interesses norte-americanos assumiam uma postura de “luta maior” ou “luta principal”, para os movimentos de minorias existirem e se estruturarem como movimento, era inevitável assumir o discurso dessa cultura da resistência. O movimento homossexual e os movimentos também compreendidos como privados, ou não públicos, como o feminismo ou o movimento negro, eram tidos, pelos movimentos políticos “maiores” como

diversionismo ou coisa menor, um desvio de atenção à “luta maior” que seria a fragilização da ditadura, a tomada do poder e o estabelecimento de um regime socialista.

No Brasil, os homossexuais que empreenderam as primeiras iniciativas de formar grupos mais estruturados e organizar a ideia e a prática de um movimento, fizeram-no diante da situação de uma cultura patriarcal extremamente homofóbica, heteronormativa e heterossexista. Na vigência de um sistema de poder ditatorial que reforçava os piores traços, tanto do autoritarismo patriarcal como da homofobia. Um grupo de militares que se esforçavam em transplantar para o poder e tentar impor culturalmente o conjunto de valores que conferia sustentação ao ideário militar e à lógica da caserna.

Porém, paradoxalmente, se existia um traço em comum entre a ditadura militar e a sua resistência, era exatamente a compulsão heteronormativa e heterossexista. Esse traço foi constatado através de diversos fatos que levaram a sucessivos conflitos ao longo da trajetória que viria a definir o surgimento, a interação, a aglutinação, as cisões e a extinção dos mais diversos perfis de grupos na formação do movimento homossexual brasileiro.

Os debates da época estimulavam o questionamento das posições políticas focadas na centralidade da luta de classes, reivindicando legitimidade a lutas mais específicas. Por conta disso, a emergente política de identidade posta em prática pelos movimentos de feministas, negros e homossexuais gerava uma tensão junto a certos militantes da esquerda (vários dos quais estavam aliados às tendências progressistas da igreja católica). Para estes, tais esforços minoritários pulverizavam o privilégio que deveria caber à “luta maior” em prol das mudanças sociais e econômicas mais amplas, em direção ao socialismo. (Simões, Facchini, 2009, p. 95/96)

A homossexualidade brasileira, ao contrário das realidades norte-americana ou europeia, não se territorializava em guetos, não obedecia a critérios de classificação modernos e nem tinha uma noção clara de qual era o seu real inimigo.

O antropólogo Peter Fry, nascido na Inglaterra e naturalizado brasileiro, evidencia a disputa entre o sistema de classificação que ele chama de anglo-saxão ou moderno, segregacionista, e o sistema de pensamento social predominante no Brasil, assimilacionista, que evita a adoção de classificações

com fronteiras bem definidas. Ao contrário da divisão heterossexuais/homossexuais (mediada pela figura híbrida dos bissexuais), no Brasil popular teríamos um país povoado de “quase-brancos”, “quase-pretos”, “bichas”, “bofes”, “fanchas”, “*ladies*”, “veados”, “monas”, “homens e mulheres de verdade”. (Fry, 1982)

Outra reflexão de Fry, no prefácio ao livro de Edward MacRae *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*, diz respeito à “ausência de um inimigo tangível para o movimento homossexual” (MacRae, 1990, p.13), à semelhança do movimento negro. Quem seria o inimigo do movimento homossexual ou negro? Qual seria o opressor? Contra que poder repressivo estariam lutando? Seriam a cultura brasileira, a educação, os hábitos e costumes, a tradição, a história?

As pesquisas de MacRae também mostravam como, na ausência de um inimigo externo claramente identificável, os integrantes dos grupos acabavam elegendo como inimigos os próprios pares, em grande parte até os mais próximos. Com isso, o “inimigo” inexistente insistia em se materializar, de forma sistemática, na valorização de outros grupos como tal, no “outro” que era “o mesmo”.

Mais do que os tradicionais agentes da heterossexualidade compulsória, os próprios homossexuais passaram a incorporar o espírito de antagonismo que conferia a unidade sempre parcial ao grupo que surgia, em oposição ao outro que se extinguiu. Era alimentada a cizânia como traço cultural de um movimento em que os grupos viviam se desentendendo e brigando entre si. Com isso, fundiam-se, extinguíam-se ou reproduziam-se em outros grupos. Uma dinâmica que foi, em grande parte, decorrência da situação confusa nos planos pessoal, social e político, dos homossexuais e das homossexualidades. E também da grande diversidade dentro do próprio terreno da homossexualidade.

Ao copiar o modelo dos movimentos de resistência política, porém sem um inimigo claro e identificável, o movimento homossexual brasileiro produziu o fenômeno de uma “realidade transplantada”. Voluntária e involuntariamente, reproduzia as formas de luta características dos movimentos de orientação marxista, estes sim, com um inimigo claramente identificado: o

capital e as classes dominantes, na forma de um poder opressor, repressor e ditatorial.

A consequência desse contexto determinou a história da formação de um movimento marcado por uma plêiade de grupos que passavam pela fase de criação, cisões, rupturas e extinção. Sempre, como pano de fundo, a indefinição histórica de um sujeito com base no qual pudesse ser traçada, de forma nítida, uma política de identidade, tal como acontecia na realidade norte-americana ou europeia, em que a homossexualidade era claramente coibida.

O movimento homossexual tem seu surgimento no Brasil, registrado pela bibliografia sobre o tema, na segunda metade dos anos 1970. O termo movimento homossexual é aqui entendido como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento. (Facchini, 2003, p. 84)

A dinâmica da formação, cisões, dissoluções, fusões e extinções dos grupos correspondia também à criação de jornais e revistas dirigidos a esse público, e a formação de associações, representações, instituições, ONGs, etc.